
BRASIL: A INVENÇÃO DOS SUJEITOS DA NAÇÃO

*Eliane Almeida de Souza e Cruz¹
Joanna de Ângelis Lima Roberto²*

RESUMO

Este artigo tem o propósito de discutir a construção da Nação brasileira a partir dos textos: *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson(2008); *Nações e Nacionalismo* de Eric J. Hobsbawn (1990); *Memória e Identidade Social* de Michael Pollak; *Classes, Raças e Democracia* de Antonio S. A. Guimarães (2005); *Cultura Brasileira & Identidade Nacional* de Renato Ortiz (1994) e outras leituras de autores que enfocam em seus discursos as relações étnico-raciais. Procurando entender quais os pressupostos teóricos presentes nestes textos para a formação da nação brasileira, a partir do final do século XIX e as cinco primeiras décadas do século passado.

Palavras-chave: Nação. Democracia racial. Raça.

BRAZIL: THE INVENTION OF THE SUBJECTS OF THE NATION

ABSTRACT

The article has the purpose of discussing the construction of the Brazilian Nation from the texts: Benedict Anderson's *Imagined Communities* (2008); *Nations and Nationalism* by Eric J. Hobsbawn (1990); *Memory and Social Identity* of Michael Pollak; *Classes, Races and Democracy* of Antonio S. A. Guimarães (2005); *Brazilian Culture & National Identity* of Renato Ortiz (1994) and other readings by authors that focus on their discourses on ethnic-racial relations. It seeks to understand the theoretical presuppositions present in these texts for the formation of the Brazilian nation, from the end of the nineteenth century and the first five decades of the last century.

Keyword: Nation. Racial democracy. Race

BRASIL: LA INVENCION DE LOS SUJETOS DE LA NACIÓN

RESUMEN

Este artículo tiene el propósito de discutir la construcción de la Nación brasileña a partir de los textos: *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2008); *Naciones y Nacionalismo* de Eric J. Hobsbawn (1990); *Memoria e Identidad Social* de Michael Pollak; *Clases, Razas y Democracia* de Antonio S. A. Guimarães (2005); (1994) y otras lecturas de autores que enfocan en sus discursos las relaciones étnico-raciales. Tratar de entender los presupuestos teóricos presentes en estos textos para la formación de la nación brasileña, desde finales del siglo XIX y las primeras cinco décadas del siglo pasado.

Palabras clave: Nación. Democracia racial. Raza.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc)/UFRRJ. Professora aposentada da PMSG/RJ e da SEEDUC/RJ. Professora substituta na UFRRJ de 2016/1 a 2017/2 da Disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais na Escola. Email: hexlili65@gmail.com.

² Doutoranda do PPGEduc/UFRRJ. Professora PMM/RJ e SEEDUC/RJ. Professora Bolsista Parfor-Pedagogia /UFRRJ. 2017/2 e 2018/1. Email: nanaufrj5@gmail.com.

A INVENÇÃO DA NAÇÃO

A construção das nações contemporâneas não foram estabelecidas por um corpus coletivo por vínculos comuns associados; mas ao contrário, essas nações se constituíram a partir de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008), a nação é construída por produtos culturais “o meu ponto de partida e que tanto a nacionalidade – ou, como se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional (nation-ness), e caminha para a discussão do nacionalismo que são produtos culturais específicos, além de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformaram ao longo do tempo...” (ANDERSON, 2008, p. 30). Como essas comunidades foram criadas? Ora por argumentos políticos conciliatórios ora pela força bélica para a sua construção identitária nacional imaginada. O autor nos esclarece que essa comunidade política imaginada é limitada, pois não daríamos conta das diversas formas de lutas e personagens de uma determinada sociedade que tenta se constituir como nação; mas ela também é soberana, pós Iluminismo e Revolução Francesa, que elimina as formas políticas monarquistas, passam a garantir e a legitimar a soberania do Estado; construindo uma imagem verdadeira dos acontecimentos e personagens que dera “origem” a essa comunidade. Então, criaram-se símbolos nacionais da nação, como ação pedagógica de construção de nação, um exemplo desse símbolos, é a língua.

A partir dos séculos XV e XVI, os países europeus, viajantes, missionários e trabalhadores das embarcações começam a navegar por várias partes deste planeta e entram em contato com outras culturas e percebem que outras línguas ecoam. A ideia de uma língua sagrada – o latim, o grego e o hebreu não mais se afirma, ao perceberem que existem línguas muito mais antigas e mesclam suas línguas com as dos povos contactados, até mesmo criando dicionários de tradução dessas línguas para as suas. Mas foi somente a partir do final do século XVIII que o estudos linguísticos começam a ser efetivamente levados em consideração. Esses estudos, deste período e do século seguinte, apresentavam a ideia de se construir uma nação a partir da língua. Na Europa oitocentista, o nacionalismo passa a ser teorizado através da língua como instrumento de formação da nação. A teorização possui base na contribuição do filósofo alemão Johann Gottfried von Herder que vincula à propriedade da língua como condição *sine qua non* da nação: “ assim, cada povo é um povo; tem sua formação nacional com a sua língua” (ANDERSON, 2008, p. 108). A língua passa a expressar uma nação como

instrumento de coesão política e um instrumento cultural, que se estabelece na construção identitária da nação. A criação da língua nacional se afirma através dos documentos oficiais e da imprensa oficial, por conseguinte, as línguas populares passam a ser sufocadas pela língua legitimadora do Estado soberano.

Segundo Hobsbawm (1990), a construção da nação pode ser estabelecida entre o nacionalismo alemão e francês. O primeiro se constitui a partir da natureza humana – o povo, representando a unidade pela cultura e pela ancestralidade comum, na busca de um passado glorioso imaginário na Idade Média. Já no caso francês, o modelo de constituição nacional não se apresenta pela origem étnico-racial, mas do ideal iluminista cosmopolitano dos diferentes povos em suas diversas colônias. A ideia é da adesão e não da origem, mas é considerada “Nação”, o corpo de cidadãos coletivamente que constitui o Estado – pertencimento adquirido. A Comunidade brasileira passou por esse processo de constituição de seu povo. Enquanto, no caso alemão o povo tem o significado de pertencimento étnico origem, de uma mesma *raiz* - a raça e a língua.

A ideia de nação do modelo francês prevaleceu na construção brasileira, onde a ideia do nacionalismo se constitui não por um viés étnico-racial – Democracia Racial, vigente dos anos 20 até os anos 70 do século passado, mas uma identidade nacional baseada numa construção inclusiva e assimilacionista. Incorporando positivamente aspectos da cultura afro-brasileira no âmbito nacional. O discurso não é racial, como nos moldes institucionais segregacionistas da América do Norte, mas de uma unicidade de nação vivendo harmoniosamente, ou seja, a ideologia da mestiçagem, ou o que nos apresenta Renato Ortiz como uma cultura do “cadinho”, buscando aspectos culturais distintos e particulares de cada grupo racial – índio, europeus e negros, para se fazer um todo, ou seja, a Nação. Entretanto, essa estratégia da Democracia Racial não significou uma ação anti-racista, visto que as desigualdades sócio-econômicas e culturais se configuraram naquele momento histórico e que são reproduzidos ainda nos dias atuais.

O VIÉS DA MESTIÇAGEM

Muitos pensadores europeus, a partir da segunda metade do século XIX, produziram teses científicas, baseadas principalmente, nos preconceitos anti-africanos e anti-asiáticos. O interessante é notar que ao mesmo tempo que estas ideias racialistas e evolucionistas se desenvolvem, há uma expansão do colonialismo europeu (Neo-Colonialismo e Imperialismo) nestas regiões, e do pensamento Positivista Científico

(Ordem e Progresso). E de certa maneira, iriam ratificar as ideologias racialistas favoráveis à dominação europeia.

Podemos destacar alguns teóricos e suas teses: 1) Charles Darwin (1809-1882) - analisou a evolução da vida, e concluiu que na luta pela sobrevivência, no reino animal, há a garantia de se estabelecerem os mais aptos, através da Seleção Natural. Por mais que não tenha um racismo de base científica em suas teses, a partir do conceito de Evolucionismo ou Darwinismo Científico, alguns teóricos racistas estabeleceram um critério do evolucionismo social, entre sociedades atrasadas e evoluídas, um darwinismo social, a sobrevivência do mais forte; 2) Ernest Renan (1823-1892) - afirmou que existiriam três raças – branca, amarela e negra -. Os amarelos, negros e miscigenados seriam povos inferiores, não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não podendo alcançar o progresso; 3) Gustave Le Bon (1841-1931) - empregou a palavra raça ao invés de espécies para designar o estudo dos critérios anatômicos, como cor de pele, a forma e a capacidade do crânio, estabelecendo, assim as diferenças entre as raças. Era adepto da “psicologia social” e acreditava que o grupo, enquanto conjunto, era que determinava os comportamentos humanos individuais; 4) Hyppolyte A. Taine (1828-1893) - partidário de um determinismo social que invertia o pensamento dos filósofos iluministas, ao enxergar o indivíduo enquanto resultado do grupo constituidor. O seu conceito foi ampliado enquanto noção biológica e passa a equivaler à idéia de nação; 5) Arthur de Gobineau (1816-1882) - é considerado o “pai do racismo”, compartilhava com os pressupostos do darwinismo social, e introduzia a noção de “degeneração da raça”, entendida como mistura de “espécies” diferentes humanas, e seu evolucionismo social, previa que as sociedades compostas por “sub-raças mestiças, não civilizáveis”, estariam condenadas ao fracasso. Portanto, não poderíamos esperar muito do desenvolvimento social, econômico, isto é, civilizatório, das “raças inferiores.”

A mestiçagem brasileira foi considerada como um elemento profundo do atraso econômico e da inviabilidade do progresso da nação. Assim a República apregoa um incentivo ao embranquecimento da nação. Este pensamento era propício para promover o desenvolvimento da “limpeza étnica”, que o governo pretendia fazer, onde a mestiçagem já era um fator avançado. A *Intelligentsia* nacional – João Batista Lacerda, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Arthur Neiva, Tobias Barreto, Oliveira Viana e Nina Rodrigues – homens do seu tempo, iriam desenvolver os seus estudos a partir das idéias de Le Bon, Renan, Taine e Gobineau, por exemplo.

Os políticos e os cientistas acreditavam e previam que o Brasil em 100 anos seria uma nação com o total desaparecimento da raça negra. Podemos exemplificar no discurso de Joaquim Nabuco, comprova que política de embranquecimento era bem popular entre os representantes do poder:

O negro e o branco, vivendo misturados socialmente durante séculos, o sangue preto naturalmente tenderá a ser eliminado no sangue branco, ou a desaparecer, cedendo essa raça o campo a outra mais preparada para a luta da vida... o negro tem a alimentação abundante do selvagem, tem a mesma despreocupação do dia seguinte. (DISCURSO DE NABUCO, SESSÃO de 01/09/1879:182)

Este abolicionista acreditava no modelo do determinismo racial, imposto pelo governo, como política do embranquecimento populacional, e que se configura numa eugenia³ brasileira. De acordo com o Censo 2000, 45% da população brasileira se declarou negra, o que põe em descrédito a teoria de Gobineau, na verdade, a política de “arianização” visava à limpeza, melhoria e ou extinção da população afrodescendente.

Como vimos, o contexto científico racista iria auxiliar na construção da nação, e sobretudo, esteve presente nas relações pessoais e das vivências do cotidiano da classe dirigente da sociedade republicana nascente, justificando a hierarquização social baseada no critério de raça/cor. Neste sentido, essas idéias, também, abarrotariam o pensamento coletivo nacional quanto a inferioridade dos não-brancos.

O conceito de "raça" passa por teorias biológicas desenvolvidas a partir do final do século XIX, ao mesmo tempo que estas ideias racistas e evolucionistas se desenvolvem, há uma expansão do colonialismo europeu (Neo-Colonialismo e Imperialismo), e do pensamento Positivista Científico (Amor, Ordem e Progresso), de certa maneira, iriam ratificar as ideologias racistas favoráveis à dominação europeia.

Hoje, o conceito de raça atribuído não mais como categoria biológica ou natural, mas de uma construção sociológica. Trata-se de um conceito de classificação social, a realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social e a uma realidade social. No Brasil se mantém ainda uma ideia de que o preconceito contra o negro é social e não racial, a desigualdade social possui uma autonomia entre classe e raça, pois bem antes do advento do Capitalismo, já se mantinham relações escravagistas no mundo moderno, e mesmo após a abolição se mantiveram preconceito não só contra o negro pobre, mas também contra o negro rico. Os que pensam que a situação é apenas uma questão

³ Termo criado por Francis Galton, que significa eu = boa , e genus = geração, que proibia os casamentos inter-raciais, assegurado um maior equilíbrio genético, das raças superiores, isto é europeias. E se se converteu num darwinismo social, comprovando através de método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. (SCHWARCZ,1993:60-61)

econômica e não racista, não fizeram esforço para entender como práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação econômica. Ao separar “raça” e “classe” numa sociedade capitalista, eles cometem um erro metodológico que dificulta a sua análise e os condena no beco sem saída de uma explicação puramente economicista.

Angela Gilliam, em seu ensaio, afirma que o contexto do neoliberalismo reforça uma ideologia que ela chama de daltonismo talismânico pois a “noção de neutralidade racial e o ideal de uma sociedade na qual a diferença não seja notada são o esquema de articulação dos novos valores racistas” (Angela Gilliam, 1997, p.81-82); o mundo de hoje, por conta do politicamente correto, evita-se qualquer menção à categoria raça, para que não haja o reconhecimento das diferenças. A realidade social brasileira, demonstrada por dados oficiais é taxativa: estamos longe de qualquer perspectiva de uma sociedade daltônica. O daltonismo atua, assim, como um mecanismo de mascaramento não das diferenças sociais, mas de uma estrutura que produz e perpetua as desigualdades. Ainda segundo Gilliam, o mito da democracia racial no Brasil assemelha-se ao mito da inexistência de antagonismo de classes existente nos Estados Unidos – lá o mito de uma classe média única é análogo ao de miscigenação ou de uma raça brasileira existente aqui.

Assim, a elite brasileira adota as teorias raciais em pleno desenvolvimento no século XIX e, que predomina no ideário nacional até finais dos anos 30 no século XX, e, portanto, essas teorias classificavam os grupos sociais de acordo com o seu fenótipo e associando a esse, o seu caráter cultural, corroborando com a explicação de que os brancos eram superiores aos negros e aos mestiços, e, desta maneira, justificando a dominação desses grupos. Esse ideal de civilização baseado na dominação pelo racismo se efetiva aqui, quando são introduzidos os imigrantes, os europeus, no século XIX, com o intuito de embranquecer a sociedade. Este projeto serviu para justificar a superioridade dos brancos em relação ao negro e mestiço; este tipo de racismo colocava negros, indígenas e mestiços como os “destruidores” de nossa sociedade e que a mestiçagem era um mal à nação, sendo necessária à introdução de brancos para “limpar” o povo brasileiro.

Com a mudança da sociedade escravocrata para a capitalista, a situação do afrodescendente em nada se alterou, até mesmo piorando. Enquanto na primeira o negro era considerado bom trabalhador, da passagem para o trabalho livre, é atribuído ao negro e ao afrodescendente a sua incapacidade de trabalhar como assalariado.

O mito da incapacidade do negro e do afrodescendente para o trabalho era apregoadado no novo contexto capitalista. Juntamente a isto, o preconceito de cor, ou racial, que era e é uma marca camuflada na sociedade brasileira, tal proposição foi posta em prática, concretamente, quando o governo brasileiro e as classes dominantes estimularam e subsidiaram a imigração de brancos europeus, para preencherem as vagas nos trabalhos agrícolas quanto na indústria nascente. À medida que a sociedade escravocrata brasileira se modifica e se urbaniza cada vez mais se torna complexa a divisão social de trabalho e criou-se um mecanismo regulador nos diversos setores do mercado de trabalho. O negro soube utilizar estes mecanismos para equilibrar a divisão social de trabalho. Surgem – *Os Cantos* – em Salvador, local de trabalho dos negros libertos, com ou sem ofício, ficavam reunidos a espera de oferta de qualquer trabalho, cada Canto africano era dirigido por um Capitão – que era encarregado de dirigir as contratações, bem como de receber o dinheiro e fazer o pagamento; quando um dirigente morria logo outro era eleito ou aclamado dentre os trabalhadores participantes de um Canto.

Esta necessidade de buscar mão-de-obra branca-europeia, mesmo que aqui já existisse um exército de desempregados afrodescendentes, explicitamente, mostra a política de embranquecimento da população brasileira, desenvolvida pelo governo, a partir da segunda metade do século XIX, numa tentativa de erradicar a “mancha negra”.

Esta política foi institucionalizada após a Abolição, pelo decreto de 28 de junho de 1890 que determina a “livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos.”

A política de embranquecimento iria aprovar a entrada de uma “raça” mais nobre, branca europeia e por todas essas qualidades, supostamente, superiores a dos não-brancos.

O negro e o afrodescendente foram estereotipados como indolentes, cachaceiros, arruaceiros, vagabundos, irresponsáveis, inimigos do trabalho; e apresentavam o branco europeu como honesto modelo de perseverança, de bons costumes, de tendência a poupança e a estabilidade de emprego. Numa nítida ideologia de subordinação e alienação do afrodescendente.

Podemos concluir que na virada do século XX, houve na nossa história econômica uma rígida divisão social do trabalho e uma divisão racial do trabalho. Assim, foi realizada uma pesquisa em 1920, como objetivo de verificar os motivos de

ordem econômica e raciais para a não contratação de trabalhadores afro-brasileiros, no novo contexto econômico capitalista, esta pesquisa foi organizada pela Sociedade Nacional de Agricultura⁴. O resultado foi de que trabalho exercido pelos afrodescendentes seria indesejável, pois 44% responderam que a sua inferioridade congênita e o ódio ao branco no coração, prejudicariam o desenvolvimento econômico brasileiro. Os resultados desta pesquisa apresentaram nitidamente o processo de rejeição da utilização do trabalhador negro⁵ e do afrodescendente na lavoura ou em outras atividades produtivas. O mito da inferioridade racial e a política de embranquecimento atuaram com mecanismo para frear qualquer transformação na estrutura socioeconômica do afrodescendente. A ideologia do embranquecimento desenvolvida pela elite brasileira, incultada e assimilada pela maior parte do segmento da população brasileira, iria desarticular a consciência crítica ou a desracialização dos negros e afrodescendentes, que começam a negar as suas matrizes étnicas, para mascarar-se com os valores da sociedade branca-europeia-cristã. Assimilando esses valores que foram criados para discriminá-los, isto muito bem explicado por Franz Fanon:

Porque nenhuma outra solução resta para ele, o grupo social racializado tenta imitar o opressor e assim desracializar-se. A 'raça inferior' nega a si mesma como uma raça diferente. Ela partilha com a 'raça superior' as convicções, doutrinas e outras atitudes a respeito dela mesma. (FANON, 1980, p. 40).

Não desejamos aqui afirmar que houve uma perda da consciência total do ethos das comunidades afro-descendentes, desejo sim afirmar que houve uma pressão de ordem política, social, econômica, psicológica, intelectual e cultural, para descaracterizar o potencial humano dos afrodescendentes, que certamente corroborou para fomentar o recalque de inferioridade a eles atribuído por parte da elite (política, econômica e intelectual). O processo ideológico de subordinação do não-branco é muito antigo na nossa sociedade. O primeiro é de *caráter teológico*⁶, desenvolvido pela Igreja

⁴ SNA – Imigração. RJ, 1920. Citado por MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro.SP, Ed. Atica,1988.

⁵ Contigente formado por ex-escravos e seus descendentes (MAGIE,Y. Cor, Hierarquia e Sistemas de Classificação: A Diferença Fora de Lugar. IN Quase Catálogo: Centenário da Abolição RJ. UFRJ:1989.

⁶ Na escritura sagrada cristã foi utilizado o Mito de Cam para justificar a escravidão dos africanos, entre os séculos XVI e XIX, corroborando com o intenso comércio de seres humanos, como forma de acúmulo de capital pelas elites europeia e nacional. Portanto, a escravização dos negros seria uma consequência do pecado de Cam. Este direito teológico para a subordinação, escravização e exploração do africano foram amplamente absorvidas como propaganda ideológica, pois o racismo teológico se baseia na ideia de que Jafé, a representatividade da Europa, é o único que deva se apoderar de outras culturas e pessoas; Sem, a Ásia e Cam, que seria a representatividade da África, que deveria ser dominada, e subjugada. Por certo, a partir desse racismo teológico, a Europa tinha o direito de escravizar os africanos, além de que a escravidão era a maneira peculiar de penitência e para a redenção de seus pecados.

Católica, que considerava o negro como uma “mancha” no mundo cristão. O segundo a teoria do embranquecimento desenvolvida a partir da República.

A ideologia do branqueamento está presente em quase toda produção intelectual no Brasil, entre 1870 e 1930 (Batista Lacerda, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Arthur Neiva, Tobias Barreto, Oliveira Viana e Nina Rodrigues) e atuou como mecanismo de subordinação e de recalque de grande parte da população afrodescendente. Branquear o Brasil, naquele momento, significava, civilizá-lo.

O pensamento brasileiro da época vai encontrar no meio e na raça os argumentos epistemológicos da análise de nossa sociedade. A intelligentsia define a “raça” do brasileiro a partir de meio ambiente: a força do sertanejo, a sua sobrevida no meio duro que é o sertão (Euclides da Cunha); a neurastenia do mulato no litoral, a apatia do mameluco amazonense (Sílvio Romero); e ou no campo jurídico, ao considerar as características psíquicas do homem e sua dependência ao meio (Nina Rodrigues), são elementos ratificadores da identidade nacional preconceituosa, pois o clima tropical determina a incapacidade de ações racionais da população brasileira e a ideia de uma incapacidade de civilidade “o negro e o índio se apresentavam como entraves ao processo civilizatório” (ORTIZ, 1994, p. 20).

No período da escravidão pouco se estudou sobre as diversas etnias negras que foram trazidas para o Brasil; a situação mudou a partir da Abolição, quando aparecem estudos caracterizando a cultura de povos africanos formadores da nação brasileira. Por considerarem-nos um aliado ao branco que prosperou na construção nacional; e ao índio poucos estudos, pois acreditava que este estava fadado ao desaparecimento. Nina Rodrigues ao estudar as culturas religiosas negras, as caracteriza como sendo inferiores à cultura branca, mas como manifestações de subalternidade cultural onde “os estudos de Nina Rodrigues sobre as culturas negras decorrem imediatamente de suas premissas racistas”; sua contribuição nos estudos da religiosidade, também, considerou “como forma religiosa inferior.” (ORTIZ, 1994, p. 20).

Segundo Pollak (2017), a organização da memória é um fenômeno construído social e individualmente, uma via circundada de um processo de construção da identidade nacional, essa relação estreita entre memória e identidade perpassa tanto no âmbito individual quanto coletivo, onde a construção de uma identidade individual tem referência com a o outro, tornando-se uma memória coletiva. O conceito de identidade na contemporaneidade também se caracteriza por uma disputa de interesses sociais entre

grupos que se opõem, onde a história de uma nação pode ser selecionada na reconstrução desse passado.

No Brasil, o fato de termos forjado uma História dos povos subordinados – índios e negros, durante séculos, ou seja, caracterizados como indolentes, malandros, selvagens, falta de inteligência, apelo sexual, etc. Marcaram um nevrálgico problema social e psicológico desses grupos no processo de formação identitária nacional. A memória nacional foi construída através de uma vergonha de pertencimento a esses grupos. A violência simbólica na institucionalização na recusa desse passado de origens ético-racial, também foi um compromisso político e social da nova ordem republicana nacional, do final do século XIX, e no período de Vargas.

Essa recusa ao passado nacional foi necessária para apagar as mazelas étnico-raciais, aos brancos os males herdados de Portugal, como subordinados; aos negros afastando a sua função servil; aos cablocos a sua selvageria; e aos nativos o seu primitivismo. Era necessário inventar um novo povo, uma mistura das três raças fundadoras – o *Mito da Três Raças*, onde o índio foi docilmente incorporado e o negro ajudou o branco a desenvolver o país. Entre os anos de 20 e 30, do século passado, que essas premissas são estabelecidas no contexto do imaginário da construção do povo brasileiro.

Em fins do século XIX e início do século XX a *intelligentsia* brasileira, montou um arcabouço teórico de ideias racistas, que foram estabelecidas entre 1888 e 1914. Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, absorvem o Evolucionismo Social/Darwinismo Social, como ponto de interpretação da sociedade brasileira esses autores iriam problematizar a questão racial numa discussão entre meio e raça; eles foram influenciados pelo historiador inglês Buckle, que associava o determinismo geográfico: o clima, tipo de solo, vegetação, etc., o meio natural estabelecia um parâmetro para o desenvolvimento de uma nação. A outra questão foi em relação à raça, partindo, também, dessa premissa, os intelectuais brasileiros: Euclides da Cunha associa a força do nordestino à dureza da Caatinga, Sílvio Romero, ao estudar o folclore brasileiro caracteriza os habitantes das matas, das praias, das margens dos rios, do sertão, e das cidades, cada qual com suas especificidades comportamentais e raciais de inferioridade e o meio que vive. Raimundo Nina Rodrigues considera que os aspectos psicológicos estavam ligados a dependência ao meio ambiente. Segundo Ortiz, na realidade, meio e raça se constituíram em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira (ORTIZ, 1994, p.16).

Um dos intelectuais que sairia o esquema do determinismo geográfico foi Manuel Bonfim, que inusitadamente, cria uma teoria do Imperialismo, se apoiando no nosso passado colonial para explicar as mazelas da sociedade nascente; comparando o parasitismo biológico com o parasitismo social, ou seja, existem três estágios do parasitismo biológico: 1) no parasitismo biológico o animal parasita possui uma fase depredadora, quando ataca a vítima; 2) quando instalado na vítima, o parasita vive da seiva nutritiva que a vítima elabora; 3) ao se ter um período longo de parasitismo, os órgãos do parasita passa a se atrofiar/degenerar. Passando para o parasitismo social, compara a sociedade (metropolitana e colonial) com os organismos vivos, podendo ser assim caracterizadas: 1) as sociedades existem como organismos similares aos biológicos; 2) existem leis orgânicas que determinam a evolução; 3) a análise da nacionalidade depende do meio em ação combinada com o seu passado. Bonfim, explica que o contato entre o colonizador e o colonizado possui um resultado duplo de atrofia, tanto a metrópole tende a se degenerar quanto a colônia. Assim, como o colonizado imitar o colonizador, segundo ele, nós adquirimos do português, um conservadorismo que impõem normas e regras para se manter no poder e a falta de espírito de observação, que impossibilita os intelectuais a digerir a própria realidade, precisando de teorias estrangeiras para analisar o nosso cotidiano. O autor considera a mistura racial como inovadora para reequilibrar os elementos negativos herdados do colonizador, esta renovação está direcionada ao progresso da sociedade brasileira aos moldes da europeia; ele, também, não se refuta as teorias racistas daquele momento. Entretanto, os intelectuais Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha teóricos da realidade sociológica brasileira, aceitam as teorias racialista do século XIX, por acreditarem que o nosso atraso estava associado a nossa inferioridade racial e que não existia uma “raça” unitária no Brasil. Esta primeira corrente primordialista declarava que os fatores meio ambiente e raça delimitam as origens das marcas identitária nacional, sobretudo, na formação cultural. Ontologicamente existe uma dimensão territorial marcada por teorias racistas e do determinismo geográfico. Para Ortiz, neste período assinalado, há, ainda, uma ritualização inicial do Mito das Três Raças, mas que coloca a miscigenação como algo ruim, negativo e causador do atraso nacional, sendo mais simbólico do que concreto, nas interpretações sociológicas. Somente no futuro haveria uma mudança na estrutura social com a introdução de europeus e o embranquecimento da sociedade. “A política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira.” (ORTIZ, 1994, p.31).

A Primeira República (1889-1930) se caracteriza por uma intensificação na modernização de costumes, e no incentivo de introduzir europeus, na certeza que com o embranquecimento da população, entrariamos futuro de uma sociedade que vislumbrasse à civilização. “A ideologia do Brasil-cadinho relata a epopeia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais.” (ORTIZ, 1994, p.38)

Entretanto, o novos contornos da realidade brasileira pós anos 30 (urbanização, mudanças sociais, políticas e econômicas), passa a indicar que as teorias racistas não possuem mais força, e o Estado Vargas, passa a investir na ideia de que somos uma sociedade racialmente mestiça e harmoniosa este pensamento ganharia força e influenciaria, entre os anos 30 e 50 do século XX, o pensamento sociológico brasileiro. A mestiçagem, passa a ser para esses intelectuais, a nossa identidade, a construção simbólica do povo brasileiro, apontando para a formação de nossa unidade nacional (Ortiz). Segundo Florestan Fernandes, o preconceito e o racismo, não tem espaço em nossa sociedade, pois eles são descaracterizados pela harmonia reinante entre brancos, negros e índios através da Democracia Racial, que incorpora aspectos culturais do índio, do branco e do negro nos espaços sociais do Brasil. Entre os anos 30 e 50 do século passado, três livros mudariam o pensamento sociológico brasileiro, são eles: *Evolução Política do Brasil* de Caio Pado Junior (1933); *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1933); e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

O livro de Gilberto Freyre foi o que mais e representou as demandas sociais daquela época, o discurso dele foi aceito por todos e todas na sociedade brasileira, ao transformar a negatividade de um povo mestiço em algo positivo, a mistura é melhor que as partes, ele vai iniciar a análise da formação da nação brasileira a partir de um conceito temporal de marcas históricas e antropológicas deixadas por cada grupo racial, índio (outro livro do autor *Sobrados e Mucambos* – 1936), brancos e negros, concretizando a identidade nacional, algo que já estava sendo construído pelos sociólogos do período anterior.

Podemos perceber que no período pós 30, o processo de construção da identidade nacional brasileira se assemelha ao modelo francês, e sobretudo, fundamentalmente, não ficaria mais no campo simbólico identitário, ele se materializa, expressivamente, legitimado por ações do Estado Nacional ao incluir os três grupos formadores, como por exemplo o Presidente Vargas receber capoeiristas no Palácio do Catete, ou no campo cultural, abordarem temas da malandragem, vadiagem e preguiça

para letras de música de samba que exalte à mestiçagem e as vantagens de ser um bom trabalhador – o *Bonde de São Junuário* (1941) e *Aquarela do Brasil* (1939).

A Democracia Racial foi um entrave no reconhecimento dos graves problemas das especificidades raciais, o cadinho cultural de todos perpassa uma realidade preconceituosa que a própria sociedade não viu, ou se recusava a ver. A construção de nossa identidade nacional mestiça, vivendo harmoniosamente, se caracterizou por um racismo dissimulado/camuflado/daltônico que cultivamos durante várias décadas, dificultando a identificação de quem é negro e, principalmente, os conflitos raciais e as diferenças sociais e econômicas entre negros e brancos no Brasil.

CONCLUSÃO

A construção da identidade nacional brasileira possui características do modelo francês, em se constituir a partir da assimilação de contribuição e da adesão de vários grupos na formação de um Estado Nacional, onde o corpo de cidadãos coletivamente constitui o Estado – ou seja, o pertencimento à nação é adquirido. O caso específico brasileiro, a construção de um país mestiço já tinha os seus primeiros passos no final do século XIX até a década de 30 do século XX, quando Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues apontavam para uma sociedade mestiça, entretanto, demarcavam essa mestiçagem como algo negativo, por isso, o embranquecimento da sociedade, através da entrada de europeus, seria um fator de “limpeza” étnica e cultural da Nação Brasileira. Logo após os anos 30, o Estado se apropria e incorpora as teses sociológicas de Gilberto Freyre de que somos um povo formado pela mistura, por excelência, de índios, brancos e negros, vivendo numa harmonia social. Essa construção identitária está ligada a uma naturalização de que não houve violência material ou cultural, mas houve sim, uma práxis social da cordialidade entre esses grupos na formação nacional.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- GILLIAM, Angela. Globalização, Identidade e os Ataques à Igualdade nos Estados: esboço de uma perspectiva para o Brasil, In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 48, Coimbra, Portugal, junho de 1997.

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editara 34, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOFBAUER, Andreas. *Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil*. Lua Nova: 2006, nº 68 pp. 9-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso 23 de jun. 2017.

MAGIE, Y. Cor , Hierarquia e Sistemas de Classificação: A Diferença Fora de Lugar. In Quase Catálogo: Centenário da Abolição RJ. UFRJ:1989.

_____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. SP: Editora Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. *Brasil: as raízes do protesto negro*. SP: Global Ed., 1983.

NABUCO, Joaquim. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jn000059.pdf>. Acesso em 13 jun. 2017.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. SP: Editora Brasiliense, 1994.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em 24 jun.2017.

SCHWARCZ, L. Moritz. *O Espetáculo das Raças*. SP: Companhia das Letras, 1999.

ANEXO

O Bonde de São Januário

Cyro Monteiro

Quem trabalha é que tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário:
Sou eu que vou trabalhar

Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês:

Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém
É, digo bem

Aquarela do Brasil

Ary Barroso

Brasil, meu Brasil Brasileiro,
Meu mulato inzoneiro,
Vou cantar-te nos meus versos:

O Brasil, samba que dá
Bamboleio, que faz gingar;
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil!... Brasil!... Prá mim!... Prá mim!...

Ô, abre a cortina do passado;
Tira a mãe preta do cerrado;
Bota o rei congo no congado.
Brasil!... Brasil!...

Deixa cantar de novo o trovador
À merencória à luz da lua
Toda canção do meu amor.
Quero ver essa Dona caminhando
Pelos salões, arrastando
O seu vestido rendado.
Brasil!... Brasil! Prá mim ... Prá mim!...

Brasil, terra boa e gostosa
Da moreninha sestrosa
De olhar indiferente.

O Brasil, verde que dá
Para o mundo admirar.
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil!... Brasil! Prá mim ... Prá mim!...

Esse coqueiro que dá coco,
Onde eu amarro a minha rede
Nas noites claras de luar.
Ô! Estas fontes murmurantes
Onde eu mato a minha sede
E onde a lua vem brincar.

Ô! Esse Brasil lindo e trigueiro
É o meu Brasil Brasileiro,
Terra de samba e pandeiro.
Brasil!... Brasil!